RACE INTERDISCIPLINAR
REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA
ISSN 2674-7134

ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Lara Lopes de MELO
Discente do Curso de Psicologia
Marcos Pereira da SILVA
Docente do Curso de Psicologia

RESUMO: O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição de 1988 com o objetivo de promover o acesso integral e gratuito à saúde para todos os brasileiros. A presença da Psicologia no SUS é de extrema importância e impacta diretamente na qualidade e na abrangência dos serviços de saúde no Brasil. Isto posto é objetivo deste trabalho compreender de forma abrangente o papel do psicólogo no SUS; para tanto propõe-se então a revisão de literatura de modo a avaliar tanto o contexto quanto as postulações decorrentes das situações oriundas destes contextos que, desencadeiam os obstáculos que se desenrolam no decorrer da atuação do psicólogo no SUS. Neste contexto — ao avaliar tais situações — foi possível aferir que os profissionais psicólogos enfrentam diversas dificuldades para atuar no SUS; dificuldades estas que vão desde problemas profissionais, até problemas ambientais e sociais que impactam sobremaneira o trabalho do psicólogo. Desta feita é necessário que tais profissionais lidem com as dificuldades do SUS cotidianamente, equilibrando as necessidades dos pacientes e os entraves do sistema único de saúde, o que torna evidente a necessidade de uma formação de qualidade destes profissionais.

Palavras-chave: Psicologia. Saúde mental. Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição de 1988 visando promover o acesso integral e gratuito à saúde para todos os brasileiros, ele é um sistema que abrange ações de promoção, prevenção e assistência à saúde (BARBOSA *et al.*, 2020).

O SUS promoveu uma locomoção que induziu profissionais de saúde a conduzirem ações em saúde considerando que o meio em que a pessoa está inserida, as formas de viver e conviver, as relações interpessoais e sociais estabelecidas, o modo como homem e o meio interagem interferem diretamente no modo ampliado de conceber a saúde, pois esta perpassa questões existenciais que vão além de somente tratamentos e

prevenções aplicados de modo generalizável a qualquer pessoa (ESCOREL; NASCIMENTO; EDLER, 2005).

Como ciência humanística, a psicologia preocupa-se com todos os aspectos da vida humana e procura compreender o comportamento humano, a construção das relações e os impactos sociais de tal comportamento. Os seres humanos estão sempre em relações inegáveis com outros seres humanos e tais circunstâncias lhes tornam possível serem seres humanos (FERREIRA; NETO, 2010).

A presença da Psicologia no SUS é de extrema importância e impacta diretamente a qualidade e a abrangência dos serviços de saúde no Brasil. Em um sistema de saúde que visa atender toda a população de forma ampla e universal, a presença dos profissionais de psicologia desempenha um papel essencial. A Psicologia no SUS vai além da atuação clínica, estendendo-se a áreas como a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento de transtornos mentais, o fornecimento de suporte psicológico, a assistência às populações vulneráveis, a integração de cuidados interdisciplinares, a promoção do bem-estar emocional; além de trabalhar a prevenção, a promoção de hábitos saudáveis e para enfrentar desafios do cotidiano (FERREIRA; NETO, 2010).

O presente estudo possui como objetivo geral compreender de forma ampla o papel do psicólogo no SUS, desta forma quando esta questão é tratada no contexto do trabalho do psicólogo, buscar-se-á então, especificamente apresentar as implicações da atuação do psicólogo no SUS no que tange à saúde pública com a finalidade de analisar os desafios enfrentados pelos psicólogos que atuam neste contexto a fim de compreender quais são os âmbitos de atuação do psicólogo no SUS. Nesse sentido, as questões que direcionam este artigo pautam-se nos seguintes questionamentos: quais os maiores desafios enfrentados pelos profissionais da psicologia que atuam no SUS? Quais são as áreas de atuação do psicólogo no SUS?

Desta feita os questionamentos em pauta são condição *sine qua non* para compreender o papel do psicólogo no SUS o que justifica a necessidade de tal pesquisa, posto que é salutar o número de desafios enfrentados por esses profissionais em seu cotidiano de trabalho que incluem: a falta de recursos, a sobrecarga de demanda, questões culturais e sociais que afetam a saúde mental da população, entre outros. Compreender e

analisar esses desafios são fundamentais para buscar soluções e melhorias na assistência psicológica prestada no SUS.

O SUS — como o principal sistema de saúde público do Brasil — tem como missão fornecer assistência integral e universal para a população, considerando as diversas dimensões da saúde. O psicólogo desempenha um papel crucial nesse contexto, uma vez que sua atuação vai além do tratamento clínico convencional, englobando a promoção de bem-estar, prevenção de problemas de saúde mental e o entendimento das complexas interações entre fatores individuais e sociais na concepção de saúde ao papel vital que o SUS desempenha na assistência à saúde da população brasileira, e a saúde mental é uma parte essencial da sociedade brasileira (MENDES, 2012).

2. METODOLOGIA

Para a realização do intento aqui elencado a revisão de literatura foi a principal metodologia empregada com o intuito de agrupar, analisar criticamente e elaborar uma síntese dos resultados de múltiplos estudos, através de artigos de revistas científicas, livros, teses, bases de dados acadêmicas, bibliotecas online. Para tanto foram consultados a base de dados bibliográficos do Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) —interface com Biblioteca Virtual de Saúde – BVS—os portais Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); interface com a BVS; google acadêmico e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC).

A seleção de fontes baseou os critérios de inclusão na relevância do conteúdo para o tema da pesquisa e na atualidade das informações; além da credibilidade das fontes nas quais se pautaram as considerações éticas concentradas na integridade e confiabilidade da revisão. Desta forma, sendo então a pesquisa pautada na revisão de literatura e não houve, portanto, envolvimento de coleta de dados oriundos de pacientes ou participantes humanos.

Neste interim é de suma importância para a pesquisa garantir que a seleção das fontes e a análise dos dados sejam conduzidas de maneira imparcial, rigorosa e

transparente. Serão, portanto, seguidos princípios éticos de pesquisa, incluindo a atribuição adequada de crédito às fontes e a citação apropriada das referências.

Assim, foram analisadas as palavras contidas nos títulos dos estudos, resumos e descritores para delimitar os estudos que foram lidos na íntegra para que fossem incluídos na presente pesquisa. Os estudos selecionados foram minuciosamente lidos e revisados para que o conteúdo fosse analisado, sintetizado e as principais evidências fossem apresentadas no desenvolvimento do presente artigo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Breve históricos sobre o SUS

Nos anos 70 emergiu no Brasil o Movimento Sanitário que defendia que a reforma do sistema de saúde deveria começar por uma mudança na abordagem predominante que, até então, era predominantemente biológica. Ao contrário do que era dotado, a proposta era a de uma abordagem histórico-estrutural que considerasse a influência dos fatores socioeconômicos e políticos na distribuição desigual das patologias. Nessa argumentação enfatizava-se o papel crucial do Estado na promoção da saúde, na regulamentação do sistema de saúde e na prestação de serviços. Ademais, destacava-se a importância da democratização do acesso aos cuidados de saúde e da reestruturação do sistema de serviços (PAIVA; TEIXEIRA, 2014).

A criação do SUS — oficializada pela Constituição Federal de 1988 — foi um marco crucial na evolução do sistema de saúde brasileiro e representou um momento histórico fundamental para a saúde no país uma vez que, como descrito na Lei n.º 8.080/90 um dos princípios do SUS é a “universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência” (BRASIL, 1990), o que determina que todas as pessoas, independente de qualquer preceito ou classe social, têm o direito de utilizar os serviços de saúde, caso necessite.

O SUS atua em diversos campos cobrindo uma ampla gama de serviços de saúde. Isso inclui atenção primária à saúde, assistência hospitalar, programas de saúde da

família, vigilância epidemiológica, controle de endemias, atenção à saúde mental, promoção da saúde e prevenção de doenças, entre outros. O sistema também é responsável por garantir o acesso a medicamentos essenciais, o que é fundamental para o tratamento de diversas condições de saúde (MENDES, 2012).

No que diz respeito à legislação, a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) e a Lei nº 8.142/1990 estabeleceram as diretrizes e os mecanismos de gestão do SUS. A primeira definiu o SUS como um sistema de saúde que visa promover a saúde da população, prevenir doenças e garantir assistência médica integral e igualitária; enquanto a segunda regulamentou a participação da comunidade na gestão do sistema e estabeleceu as instâncias de controle social, como os Conselhos de Saúde (BRASIL, 1990).

A descentralização do SUS foi uma estratégia fundamental para a eficácia do sistema, uma vez que com o compartilhamento de responsabilidades entre as esferas do governo federal, estadual e municipal; o SUS buscou aprimorar a proximidade entre os gestores de saúde e a população. Essa abordagem descentralizada permitiu uma maior agilidade e adequação na resposta às necessidades específicas de cada região, reconhecendo as disparidades regionais no país (FERREIRA; NETO, 2010).

É importante ressaltar que a estruturação do sistema é feita de acordo com os diferentes graus de complexidade, sobretudo no que diz respeito aos recursos disponíveis para a população. Sob essa ótica, são estabelecidos três níveis de complexidade: a atenção primária (ou básica), a secundária e a terciária. Assim houve um esforço em promover a descentralização na prestação de serviços públicos de saúde envolvendo a organização dos recursos oferecidos pelo SUS em Redes de Atenção à Saúde (BRASIL, 1990). Isso abrange a criação de um conjunto de unidades, funções e atendimentos especializados que são dimensionados em conformidade com a complexidade necessária em cada situação.

De acordo com Ferreira Neto (2010), uma das mudanças essenciais para consolidar esse modelo implica no comprometimento dos profissionais em modificar a abordagem predominante em saúde, que se baseia em ações de tratamento e padronização. Nesse contexto, os psicólogos se veem diante das transformações sociais em curso e das

novas perspectivas sobre saúde, o que exige que eles defendam e promovam uma abordagem distinta da que prevalecia até então.

A estruturação do sistema SUS passou por mudanças e alterações desde a Constituição de 1988, o que comprometeu a proposta original e afetou a eficiência de medidas importantes. Em 1990, o SUS é oficialmente estabelecido com a promulgação da Lei nº 8.080/1990. Essa lei tem como objetivo promover, proteger e recuperar a saúde da população com base em princípios como universalidade, gratuidade, integralidade e descentralização. Questões como financiamento, descentralização (um dos princípios-chave do SUS) e influências do pensamento neoliberal na execução de algumas ações fizeram com que o modelo não fosse implementado como inicialmente previsto, resultando — em alguns momentos; em um retrocesso na aplicação de políticas redistributivas (BRASIL, 1990).

Desde a década de 1990 os psicólogos começaram a ser inseridos na área da saúde pública, porém o fizeram replicando o modelo clínico tradicional que reestabelece a dicotomia indivíduo-sociedade e se baseia em uma lógica de neutralidade da ciência. De acordo com esse modelo os indivíduos e os fenômenos não são entendidos em sua dimensão cultural, singular, social e econômica, o que contradiz aos princípios do SUS (MELO; TEO, 2019).

A complexidade do sistema de saúde, o aumento da procura por serviços e a precisão de abordar uma variedade de necessidades psicológicas são fatores que frequentemente dificultam a prática plena da profissão no contexto público. O papel do psicólogo no SUS é de extrema relevância, visto que a saúde mental influencia diretamente a saúde física e social, contribuindo para a prevenção e o manejo de transtornos mentais, bem como para a promoção do autocuidado, resiliência, seja na oferta de suporte emocional a pacientes em condições crônicas ou no apoio a situações de crise. Em ambos os casos o profissional de psicologia desempenha um papel crucial na potencialização dos cuidados em saúde e na promoção do bem-estar biopsicossocial dos indivíduos (LEMOS; LHULLIER, 2020).

Neste contexto, é imperioso destacar que o foco estava, ainda, na promoção da rede privada de serviços de saúde e medicamentos, com uma alta especialização e

compartimentalização de serviços, refletindo concepções de cuidados curativos herdadas desde o período do sanitaríssimo e campanhismo. Além disso, representantes da sociedade, por meio de conselhos municipais de saúde, juntamente com representantes das secretarias de saúde e seus técnicos; atuariam como agentes de controle, fiscalização e propostas (MENICUCCI, 2014).

O SUS deu então origem a um movimento que levou profissionais de saúde a adotarem uma abordagem que considera o contexto em que uma pessoa vive, seu estilo de vida, relacionamentos interpessoais e sociais, interação entre o ser humano e seu ambiente, pois tais elementos afetam diretamente a concepção ampliada de saúde. Essa visão vai além de simples tratamentos e medidas preventivas que podem ser aplicados uniformemente a qualquer pessoa (CASTRO, 2021).

O modelo de atenção psicossocial acarretou grandes avanços quanto ao tratamento ofertado aos indivíduos com transtornos mentais e/ou sofrimento psíquico, inovando quanto aos diferentes dispositivos incluídos e as tecnologias de cuidado aprimoradas, tornando possível ao sujeito o protagonismo em seu processo de tratamento. Aconteceram também grandes avanços associados a garantia de direitos, evitando internamentos indevidos e prolongados e reduzindo o estigma experienciado por estas pessoas. Em especial a reinserção social e o cuidado em território atribuíram uma visão para além de um modelo biomédico, deslocando-se o olhar, que se no modelo hospitalocêntrico estava na doença, agora se concentra no sujeito (SAVARIS *et al.*, 2021).

Portanto, é indispensável ao psicólogo ter uma formação que vá além do modelo tradicional, estando em afinidade com o contexto sócio-histórico e buscando novas intervenções para que seus serviços possam contribuir de maneira eficaz com a consolidação do modelo de atenção psicossocial (SAVARIS *et al.*, 2021).

Dessa maneira, tem-se que as intervenções em saúde exigem uma abordagem mais individualizada que leve em consideração a singularidade de cada indivíduo que utiliza os serviços de saúde. Nessa perspectiva, a saúde é vista como um estado dinâmico e socialmente influenciado, refletindo a compreensão de que a saúde é mais que apenas a ausência de doenças, outrossim é um conceito que envolve a totalidade da vida do sujeito (MENICUCCI, 2014).

3.2 O papel do psicólogo no Sistema Único de Saúde

O papel do psicólogo no SUS é permeado pela necessidade de vislumbrar os conceitos mais amplos da temática humana o que leva o psicólogo à necessidade de trabalhar de forma interdisciplinar no SUS; estar integrado ao contexto local; identificar recursos psicossociais individuais e coletivos; proceder a partir de um diálogo entre o conhecimento popular e o científico; e facilitar espaços de participação social. Os profissionais devem continuar a receber formação especializada; priorizar o atendimento àqueles com maior vulnerabilidade psicossocial; e ampliar os espaços de atuação para além dos ambientes tradicionais. A atuação do psicólogo também deve considerar todo o tema, incluindo aspectos sociais e psicológicos, buscando romper o ciclo de dependência do usuário em relação às políticas assistenciais e caminhar em direção à autonomia (DE OLIVEIRA; KAHHALE, 2020).

Dentro do contexto global da atenção à saúde e percebendo a necessidade do apoio nos mais díspares momentos da vida, os psicólogos também possuem como atribuição acompanhar os cuidados paliativos no SUS que devem ser feitos de forma integral e multidisciplinar na interface com o usuário, familiares, cuidadores e equipe de profissionais da saúde no aproximar da finitude humana, fundamentado nas premissas da humanização da AB. Os cuidados devem ser embasados em evidências científicas e precisam garantir o direito ao acesso equitativo a serviços efetivos pela extensão da linha de cuidado e em todos os níveis de atenção (POZZADA; SANTOS; SANTOS, 2022).

Neste contexto é imperioso ressaltar que — nos mais diferentes contextos de atuação — os principais objetivos buscados no atendimento psicológico devem incluir a autonomia e a cidadania, buscando ações que contribuam para a subjugação e apropriação dos usuários, rompendo o ciclo da pobreza e alcançando a emancipação do sujeito. Para realizar o acompanhamento clínico terapêutico tradicional, o profissional deverá encaminhar o usuário ao serviço de saúde do município ou acessar outros serviços públicos que almejem esse fim, atuando na construção de um trabalho intersetorial (DE OLIVEIRA; KAHHALE, 2020).

Contudo, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do SUS as atribuições dos psicólogos consistem em: acolhimento, discussão de caso, formação de planos terapêuticos individuais, entre outras. Durante o acolhimento, os profissionais das Unidades Básicas de Saúde (UBS) usam tal instrumento especialmente para promoção de alívio do sofrimento dos usuários, edificando uma relação acolhedora e humanizada. Com relação à assistência, os atendem seguindo o modelo biomédico, pautado no saber técnico e medicamentoso, existindo pouco espaço para a expressão do modo de vida e projeto de felicidade individual (DE OLIVEIRA; KAHHALE, 2020).

Na categoria do atendimento longitudinal, por sua vez, verifica-se que acontece uma transferência da responsabilidade do cuidado em saúde mental quando o cliente é direcionado para outros serviços da saúde, o que traz como resultado profissionais que vivenciam pouca responsabilidade no atendimento das demandas de saúde mental. Nesse cenário, geralmente os encaminhamentos sobrecarregam a atenção secundária, assim como reforçando uma cultura de medicalização dos usuários. A equipe deve ser capaz de assegurar um espaço de trocas e fortalecimento dos elos sociais para que o atendimento possa ser efetivo na atenção primária a saúde (DE OLIVEIRA; KAHHALE, 2020).

Desta feita, o hospital consiste no local mais pertinente aos processos de recuperação da saúde, posto que o ambiente hospitalar é resultado de múltiplas mudanças estruturais no processo de evolução social e histórica tendo sido dotado de múltiplos significados simbólicos e culturais, logo, o psicólogo deve estar preparado para lidar com tal realidade uma vez que esta instituição também fornece o contexto para o surgimento de processos que vão além do mero reducionismo em questões biológicas ou de doenças; processos estes que estão dentro do reino da mente (MENDES; LACERDA; BARRETO, 2020).

Assim os processos subjetivos inerentes às condições de saúde podem produzir diversos tipos de reações, incluindo dor, medo e insegurança. Ao buscar um atendimento integral aos receptores é necessário compreender plenamente a dinâmica do processo. Nesse sentido, a assistência à saúde prestada aos pacientes também deve ser apoiada por uma variedade de saberes que ofereçam a possibilidade de um cuidado integral e até

mesmo a capacidade de amenizar esses sentimentos e reações desadaptativas causadas pela doença (MENDES; LACERDA; BARRETO, 2020).

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A atenção à saúde mental — no contexto do SUS — requer uma compreensão ampliada e integrada dos fatores que afetam o indivíduo e a coletividade. Nesse sentido, os psicólogos no SUS atuam na prevenção e promoção da saúde mental, no diagnóstico e tratamento de transtornos mentais, no acompanhamento de pacientes em hospitais e unidades de saúde, bem como no suporte psicológico a indivíduos e famílias que enfrentam situações de crise (CASTRO, 2021).

A atuação do psicólogo no SUS representa um pilar crucial na abordagem integral à saúde reconhecendo a importância do bem-estar mental para a qualidade de vida da população. No entanto, essa atuação não está isenta de desafios. Considerando os desafios enfrentados no âmbito da Saúde Pública e o aumento substancial do número de psicólogos contratados de 2005 a 2011, surgiu à necessidade de explorar outras formas de atuação do psicólogo na atenção básica, que vão além da prestação de cuidados clínicos individuais fundamentados na abordagem privatista e liberal (CASTRO, 2021).

A inclusão dos psicólogos no sistema de saúde pública indica a possibilidade de explorar novas áreas de atuação o que, consequentemente, demanda mudanças na forma como a prática é conduzida. Em primeiro lugar é essencial compreender que o psicólogo no SUS desempenha um papel crucial na rede pública de saúde. A atuação do psicólogo nesse contexto envolve o trabalho em equipes interdisciplinares em estreita colaboração com médicos, enfermeiros, assistentes sociais e outros profissionais de saúde. Essa abordagem colaborativa visa proporcionar um cuidado integral aos pacientes, considerando não apenas as questões físicas, mas também as emocionais e sociais (BÖING; CREPALDI, 2010).

Melo e Teo (2019) afirmaram que os psicólogos que atuam no Núcleo Ampliado de Saúde da Família representam uma evolução do atendimento na atenção básica, redesenhando sua prática em conformidade com a demanda da área da saúde. Assim como

desafios, os autores explicaram que os profissionais relatam despreparo e que se sentem inseguros para atuarem em tal âmbito. Também se queixam da elevada demanda de trabalho, adversidades na integração com as equipes de saúde mental, as dificuldades para o trabalho com grupos, assim como as limitações para a ampliação de sua atuação para além da clínica tradicional.

Como dificuldades no atendimento do SUS os autores Essewein *et al.* (2021) salientaram que os profissionais psicólogos possuem dificuldades em buscar outras maneiras de intervirem para além da psicoterapia individual, pela formação predominantemente clínica. Em tal contexto, os autores explicam que a formação e a capacitação dos psicólogos ainda se constituem na contramão das diretrizes da reforma psiquiátrica e de saúde mental, privilegiando as abordagens e a psicopatologia tradicional e fragilizando, por outra perspectiva, o atendimento integral.

Além de tais aspectos, os referidos autores encontraram demanda excessiva, dificuldade de articulação entre os serviços, desconhecimento dos profissionais em relação ao funcionamento da rede e despreparo ou insegurança por parte dos psicólogos para lidarem com a população infantil que necessita de atenção em saúde mental no SUS. Essa dificuldade foi relatada como pessoal, geralmente associada a aspectos emocionais do profissional, ou a partir de uma dificuldade em reconhecer as demandas passíveis de serem atendidas na atenção básica ou que devam ser encaminhadas para as especialidades (ESSWEIN *et al.*, 2021).

Assim, nesse estudo, ainda foi apresentada como solução a tais problemáticas a promoção de intervenções intersetoriais como estratégia de composição de uma rede de atenção efetiva. Também, a busca por realizar ações e intervenções em saúde mental infantil na Atenção Básica se pautando pela territorialidade, de forma a organizar as estratégias de atenção entre os serviços de saúde e demais redes de cuidado e apoio, tal como a família e a escola, considerando o contexto e realidade do território; e pela integralidade do cuidado, na articulação de distintos conhecimentos e serviços da rede, contemplando; para além da saúde mental — o vínculo e a inserção social como importantes fatores de promoção de saúde (ESSWEIN *et al.*, 2021).

Enquanto Melo e Teo (2019) explicaram que existe a necessidade da atuação dos psicólogos em ressignificarem sua própria trajetória formativa; os psicólogos reconhecem que; ainda assim; a saúde da família é um campo profícuo de estudos para melhorias na prática profissional e aperfeiçoamento da formação na área da saúde.

Em tal aspecto os autores de Oliveira e Kahhale (2020) apresentaram como estratégias a serem usadas pelos psicólogos a valorização do diálogo, assim como o reconhecimento de que é preciso conceber o sujeito na sua totalidade estão em conformidade com as práticas do cuidado. A reflexão no que tange às práticas do psicólogo nos equipamentos públicos de atenção à população é crucial, visto que uma prática direcionada apenas aos aspectos particulares não corresponde às demandas e bases das políticas públicas instituídas a fim de superar as vulnerabilidades.

Já, no estudo de Melo *et al.* (2020) foi abordado sobre o direito à saúde da população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) brasileira no SUS, destacando a necessidade de posicionamento da Psicologia nos processos de aprimoramento do sistema diante das compreensões de fluxos subjetivos e de relações de poderes sociais. Em que se vê o surgimento de uma nova relação entre psicólogas, psicólogos e o campo público, em que o conhecimento dos psicólogos deve ser disponibilizado para elaborar políticas públicas de Saúde comprometidas com a garantia de direitos sociais.

Em outro âmbito de atuação, nos cuidados paliativos os autores Pozzada, Santos e Santos (2022) explicaram que os profissionais relatam como desafios garantir as condições de conforto emocional quando se está nas proximidades da morte e ajustar sua realidade emocional à da família e dos cuidadores, em um ambiente de alta densidade de exigências de saúde mental. Quando conseguem formar essa sintonia, a construção de um bom vínculo serve como ponto de referência para um cuidado humanizado. Contudo, em certas situações, esse esforço pode afetar a saúde mental do profissional.

Nos cuidados paliativos em pacientes oncológicos encontrou-se como barreiras: dificuldade em distinguir a tendência suicida de outros sofrimentos psíquicos; falta de treinamento e de conscientização; medo de perguntar sobre suicídio; menor tempo com os pacientes; falta de recursos pessoais para lidar com pacientes com potencial suicida;

prestar cuidados domiciliares do paciente oncológico, para que possam atender as necessidades de seus entes adequadamente, levando em consideração que as demandas tendem a se acentuar de modo gradual à medida que a doença avança e o quadro clínico se agrava (POZZADA; SANTOS; SANTOS, 2022).

No âmbito hospitalar os psicólogos atuam com a busca ativa que tem como objetivo averiguar a realidade dos usuários diante do processo de hospitalização, o estado emocional deles, bem como acolhê-los, orientá-los e identificar suas necessidades para atendimento, que pode ser embasada na psicoterapia breve focal; técnica amplamente utilizada em situações de crise. Dessa maneira o psicólogo é importante, pois contribui para a redução do sofrimento, a adaptação ao processo de hospitalização e o desenvolvimento dos recursos de enfrentamento (DE OLIVEIRA; FREIRE; MAIA, 2021).

Em tal contexto, os autores Mendes, Lacerda e Barreto (2020) explicam que O ambiente hospitalar é palco de diversos fenômenos de reação psicológica. Em geral, o processo de adoecimento é repleto de dor e insegurança e requer atenção especial, principalmente a necessidade de compreender a saúde como um estado de bem-estar físico, mental e social. A psicologia hospitalar, uma subespecialidade da psicologia da saúde, dedica-se a promover a recuperação bem-sucedida do paciente e a promover a saúde geral. No SUS esse profissional exerce papel importante na defesa dos princípios do sistema, bem como na atenção, recuperação e promoção da saúde dos usuários.

Assim os referidos autores afirmam que o psicólogo deve trabalhar considerando o aspecto multidisciplinar a fim de contribuir ativamente para a identificação e para o alívio das angústias presentes entre os envoltos na dinâmica hospitalar. As características individuais dos profissionais envolvidos nas políticas públicas de saúde residem, precisamente, em seu compromisso social e na necessidade de defender a sua cidadania como princípio fundamental que orienta todas as suas ações. A ação política, no sentido de buscar utilizar o sistema para melhorar a condição dos sujeitos, faz do psicólogo hospitalar um profissional cada vez mais necessário e fundamental na manutenção do cuidado universal, integral e eficaz, que é um princípio primeiro da política de saúde pública brasileira (MENDES; LACERDA; BARRETO, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a averiguação dos artigos pesquisados várias hipóteses foram aventadas acerca da ação empreendidas pelos profissionais da psicologia no contexto de atuação do SUS. Desde a elaboração do sistema até a inserção do psicólogo no mesmo as alterações foram substanciais para atender as demandas engendradas tanto pelos usuários quanto pelos profissionais.

Assim, após a avaliação da bibliografia pesquisada foram identificadas como dificuldades enfrentadas pelos psicólogos no SUS a demanda excessiva, dificuldade de articulação entre os serviços de saúde, despreparo, desconhecimento dos profissionais em relação ao funcionamento da rede, insegurança por parte dos psicólogos para lidarem com a população infantil, insegurança ao trabalhar com a saúde da família, dificuldades em buscar outras maneiras de intervirem para além da psicoterapia individual, pela formação predominantemente clínica, dificuldades ajustar sua realidade emocional à da família e dos cuidadores e quando conseguem isso demanda uma alta carga de saúde mental dos profissionais.

Desse modo, é imperiosos que o profissional deva atuar assegurando os direitos populacionais, visando um cuidado globalizado que ocorra em consonância a equipe multidisciplinar. É papel do profissional psicólogo, portanto investigar de forma ativa as angústias e sofrimentos dos usuários, para que assim, possa prestar uma assistência de qualidade e íntegra nos mais diferentes momentos de vida do paciente, garantindo um atendimento que seja de qualidade.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, N. A. S. et al. A história do SUS no Brasil é a política de saúde. **Revista Brasileira de Desenvolvimento** , v. 6, não. 11, pág. 84966-84985, 2020. https://doi.org/10.34117/bjdv6n11-057

BÖING, E.; CREPALDI, M. A. O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, p. 634-649, 2010. https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300014

BRASIL. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**: Mensagem de veto Regulamento (Vide Lei nº 14.654, de 2023). Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 07 nov. 2023.

CASTRO, C. F. S. A atuação do psicólogo no contexto do SUS: repensando práticas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 1, p. 1–10, 2021.

DE OLIVEIRA, C. K. S.; FREIRE, C. L. L.; MAIA, A. H. N. A busca ativa como estratégia de atuação da psicologia no contexto hospitalar. **Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC)**, v. 8, n. 0, 2021.

DE OLIVEIRA, P. A.; KAHHALE, E. M. S. Uma história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a participação do psicólogo e possibilidades de atuação. **Revista Psicología Política**, v. 20, n. 47, p. 119–131, 2020.

ESCOREL, S.; NASCIMENTO, D. R. DO; EDLER, F. C. Como origens da reforma sanitária e do SUS. **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

ESSWEIN, G. C. et al. Ações em saúde mental infantil no contexto da Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS): uma revisão integrativa da literatura brasileira. **Ciência & saúde coletiva**, v. 26, n. suppl 2, p. 3765–3780, 2021. https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.15602019

FERREIRA NETO, J. L. A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, p. 390-403, 2010.

LEMOS, V. S.; LHULLIER, C. A Psicologia na Atenção Básica e a Saúde Coletiva. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 12, n. 3, p. 177–188, 2020. http://dx.doi.org/10.20435/pssa.vi.1076

MELO, I. R.; AMORIM, T. H.; GARCIA, R. B.; POLEJACK, L.; SEIDL, E. M. F. O Direito à Saúde da População LGBT: Desafios Contemporâneos no Contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Psicologia e Saúde**, *[S. l.]*, p. 63–78, 2020. DOI: 10.20435/pssa.vi.1047. Disponível em: https://www.pssa.ucdb.br/pssa/article/view/1047. Acesso em: 7 nov. 2023.

MELLO, R. A. DE; TEO, C. R. P. A. Psicologia: entre a Atuação e a Formação para o Sistema Único de Saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 39, p. e186511, 2019. https://doi.org/10.1590/1982-3703003186511

MENDES, B. H.; LACERDA, J. R.; BARRETO, A. C. Psicologia Hospitalar e Políticas Públicas de Saúde: Uma Análise do Fazer da Psicologia nos Hospitais do SUS / Hospital Psychology and Public Health Policies: An Analysis of Psychologydoing in the Unique Health System Hospitals. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 14, n. 53, p. 1173–1188, 2020.

MENDES, E. V. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde:** o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. 512 p.: il. ISBN: 978-85-7967-078-7

MENICUCCI, T. M. G. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, p. 77-92, 2014. https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000100004

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. Health reform and the creation of the Sistema Único de Saúde: notes on contexts and authors. **História, ciências, saúde--Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 15–35, 2014. https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000100002

POZZADA, J. P.; SANTOS, M. A. DOS; SANTOS, D. B. Sentidos produzidos por psicólogos que trabalham com cuidados paliativos no Sistema Único de Saúde (SUS) sobre o cuidar em cenários de morte e morrer. **Interface**, v. 26, p. e210581, 2022.

SAVARIS, L. E. et al. Reforma psiquiátrica brasileira e a psicologia no sistema único de saúde. **CadernosS de PsicologiaS, Curitiba**, n. 2, 2021.